The image features a central green thought bubble containing the title text. Surrounding this bubble are several stylized, hand-drawn illustrations of young people's faces, each with unique features and colors. The faces are arranged in a circular pattern, looking towards the center. The style is simple and artistic, using bold outlines and flat colors.

Coletivos Jovens de Meio Ambiente

Manual Orientador

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Meio Ambiente

Marina Silva

Ministro da Educação

Tarso Genro

Secretário-Executivo – MMA

Cláudio Langone

Secretário-Executivo – MEC

Fernando Haddad

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – MEC

Ricardo Henriques

Diretor de Educação Ambiental – MMA

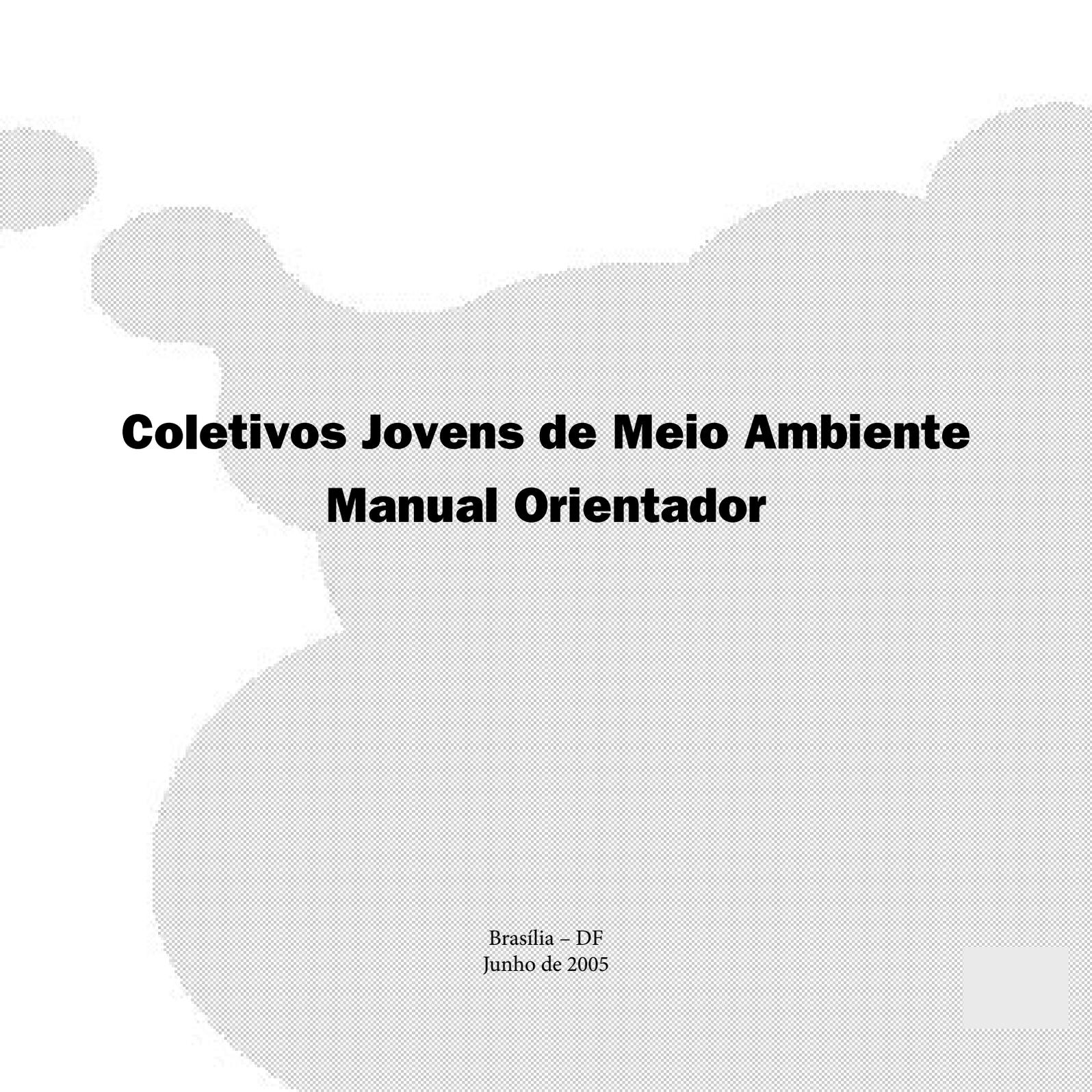
Marcos Sorrentino

Diretor de Diversidade e Cidadania – MEC

Armênio Bello Schmitt

Coordenadora-Geral de Educação Ambiental – MEC

Rachel Trajber



Coletivos Jovens de Meio Ambiente

Manual Orientador

Brasília - DF
Junho de 2005

Edições Órgão Gestor da PNEA

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, térreo

CEP: 70068-900 – Brasília – DF

Tel.: 55 (61) 317-1235

Fax: 55 (61) 224-5222

E-mail: cid@mma.gov.br

Diretoria de Educação

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5.º andar, sala 553

CEP: 70068-900 – Brasília – DF

Tels.: 55 (61) 4009-1207

Fax.: 55 (61) 4009-1757

E-mail: educambiental@mma.gov.br

www.mma.gov.br/educambiental

Ministério da Educação (MEC)

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Ed. Sede e Anexos

CEP: 70047-900 – Brasília – DF

Tels.: 55 (61) 2104-8484

0800-616161

Coordenação-Geral de Educação Ambiental – CGEA

SGAS, Av. L2 Sul, Qd. 607, lote 50, 2.º andar, sala 212

CEP: 70200-670 – Brasília – DF

Tel.: 55 (61) 2104-6142

Fax: 55 (61) 2104-6110

E-mail: ea@mec.gov.br

www.mec.gov.br/secad/educambiental

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
Ministério do Meio Ambiente/Ministério da Educação

Coletivos Jovens de Meio Ambiente

Manual Orientador

Brasília – DF
Junho de 2005

Coordenação Editorial

Fábio Deboni

Elaboração do Texto

Fábio Deboni

Colaborações ao Texto

Soraia Mello, Clóvis Souza, Maria Thereza Teixeira, Eduardo Rombauer, Rachel Trajber, Marcos Sorrentino, Ilona Gruenewald, Sílvia Pompéia, Maria Virgínia de Freitas, Sueli Ferreira.

Diagramação

Vítor Massao

Ilustrações

Rangel Mohedano

Colaboração Especial



www.ispis.org.br

Tiragem: 10 mil exemplares

“Esta é uma publicação do Programa Juventude e Meio Ambiente, coordenado pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental”

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental.

40 p.: il.; 21X21 cm

Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador

Formato 21X 21 cm

2005

Sumário

1 Apresentação	7
2 Contextualização	9
2.1 Breve Histórico	11
2.2 Dos Conselhos aos Coletivos Jovens de Meio Ambiente	14
3 Como Organizar, Participar e Fortalecer um Coletivo	17
4 Considerações Finais	37
5 Referências	38

1 Apresentação

Olá! Seja bem-vind@ a esta publicação! Ela foi construída sob a forma de um **Manual Orientador**, com o cuidado de ter uma linguagem acessível ao público jovem, entendido aqui como sendo aquele com pessoas com idade entre 15 e 29 anos, situados em diferentes contextos e realidades (zonas rurais, periferias urbanas, unidades de conservação, universidades, escolas etc.), trazendo ilustrações, quadros, esquemas, dicas, depoimentos etc.

Saiba que esta publicação vem sendo pensada há algum tempo e ganhou maior consistência lá pelo final de 2004, a partir de alguns acontecimentos que merecem ser destacados:

- houve um aumento considerável da demanda por informações que orientassem jovens a se organizar em coletivos preocupados com a temática ambiental, em bairros, vilas, comunidades, municípios e outros espaços;
- aumentou a demanda por informações no País sobre a interação entre as áreas juventude e meio ambiente;
- percebeu-se com mais clareza o potencial de mobilização da juventude em torno da temática ambiental, a partir da ampliação das discussões e de ações e do aumento do número de organizações atuantes ou interessadas no assunto.

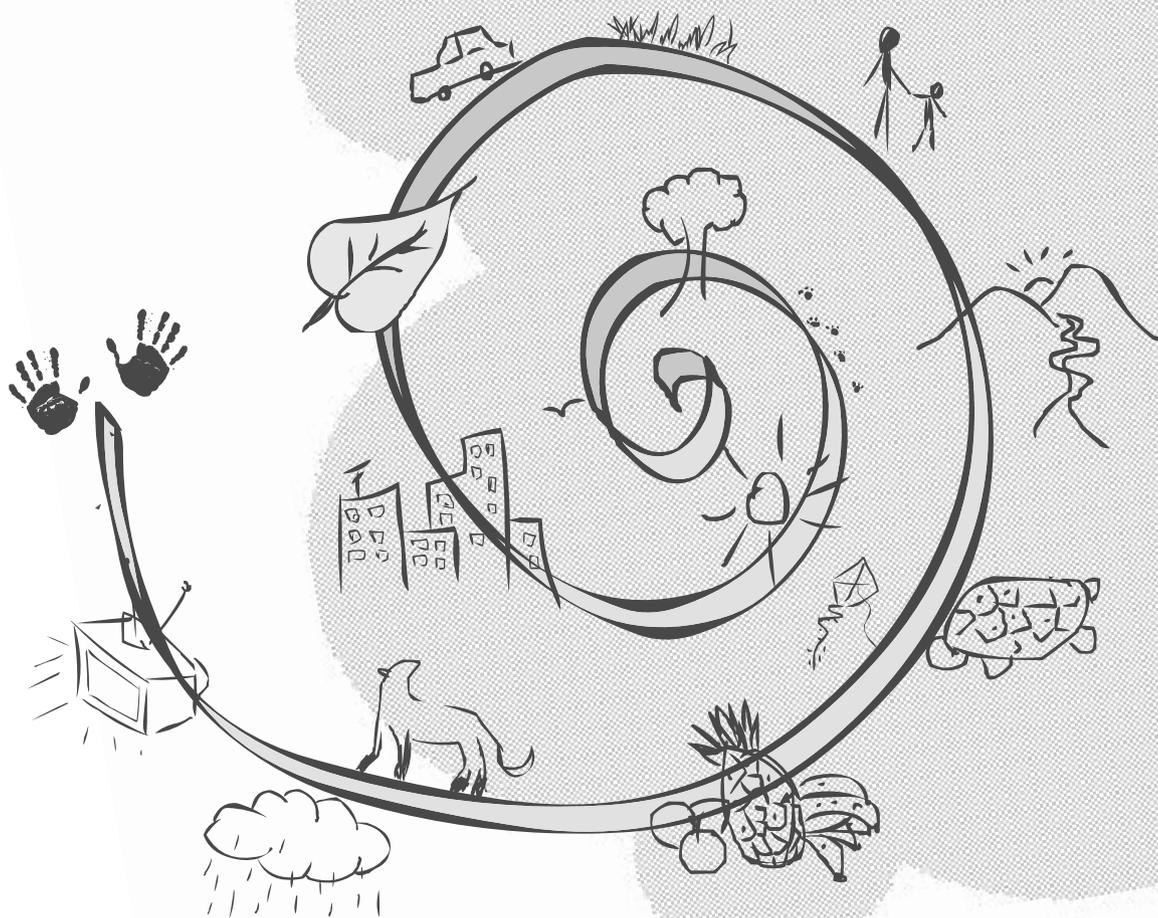
Dessa forma, buscou-se conceber uma publicação que não fosse nem tão teórica, repleta de conceitos e conteúdos, nem tão prática, como um livro de receitas. O desafio então seria o de criar um material voltado a quem já atua no campo **socioambiental** ou que deseja atuar, de forma a contribuir para:

- aportar conceitos, princípios e diretrizes orientadoras sobre meio ambiente sem perder de vista suas diversas maneiras de aplicação prática e no dia a dia;
- dar um suporte aos jovens e às suas organizações que a cada dia têm se interessado em atuar na melhoria da qualidade de vida e em ações de transformação social e ambiental;
- servir de referência para municípios, estados, distritos e regiões do País, sem perder de vista a complexidade de realidades do Brasil, com jovens em diferentes situações e com diferentes concepções sobre a temática **socioambiental**.

Esperamos que este manual contribua para discussões e intervenções de jovens ao redor da temática socioambiental. Desejamos uma boa leitura!

Socioambiental

Expressão que vem sendo cada vez mais usada, enfatiza a articulação entre as dimensões social e ambiental e aponta para a impossibilidade de separação na abordagem entre ambas. Não há social sem ambiental, nem ambiental sem social, ambos se complementam e se interagem mutuamente. **E atenção: socioambiental se escreve junto e não tem acento!**



2 Contextualização

Envolver as **juventudes** na discussão e no engajamento na **temática ambiental** é um dos desafios que está colocado na atualidade. Percebeu-se, a partir de 2003, ao longo do processo de construção da **I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente**, que a temática tinha um forte potencial de mobilização e que poderia abrir canais de atuação política e possibilidades de transformações ambientais, culturais e sociais profundas e efetivas.

Para tanto, deveriam ser viabilizadas formas desses jovens participarem desse processo, surgindo então a idéia de criação de **Coletivos Jovens** preocupados e atuantes na temática socioambiental. Naquela ocasião, adotou-se o nome de Conselhos Jovens de Meio Ambiente que, embora com nome diferente, sua concepção estava plenamente sintonizada com a proposta de um coletivo de jovens.

Temática Ambiental

Trata-se de um campo que envolve uma série de áreas e temas que vão além do meio ambiente naturalizado e que pressupõe visão integradora. A área ambiental não é apenas sinônimo de natureza, mas é muito mais do que isso. Envolve as dimensões social, econômica, cultural, política, ética, dentre outras, e cada vez mais é incorporada junto aos diferentes segmentos da sociedade (governos, empresas, ONGs, associações, mídia etc.). Essa área é enxergada sob diversas óticas, havendo inúmeras percepções por parte desses segmentos, muitas delas contraditórias e conflitantes. Ao longo do texto usaremos preferencialmente o termo socioambiental para enfatizar a estreita ligação entre o social e o ambiental.

I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente – 2003

A Conferência Nacional do Meio Ambiente ocorreu em 2003 em duas versões: adulta e jovem. Para a versão jovem, 16 mil escolas mostraram o que os jovens pensam e querem para o meio ambiente no Brasil. Os participantes de cada Conferência de Meio Ambiente na Escola elegeram um delegado ou uma delegada e um suplente, definiram uma proposta sobre “Como Vamos Cuidar do Brasil” e elaboraram um cartaz sobre a proposta para sua comunidade. As escolas mobilizaram quase seis milhões de pessoas, tornando-se espaços de debates sobre problemas socioambientais e de construção de propostas de políticas ambientais.

A Conferência Infanto-Juvenil envolveu basicamente dois recortes de jovens distintos:

- estudantes de Ensino Fundamental, entre a 5.^a e a 8.^a séries e com idade entre 11 e 15 anos, sendo portanto pré-adolescentes e adolescentes; e

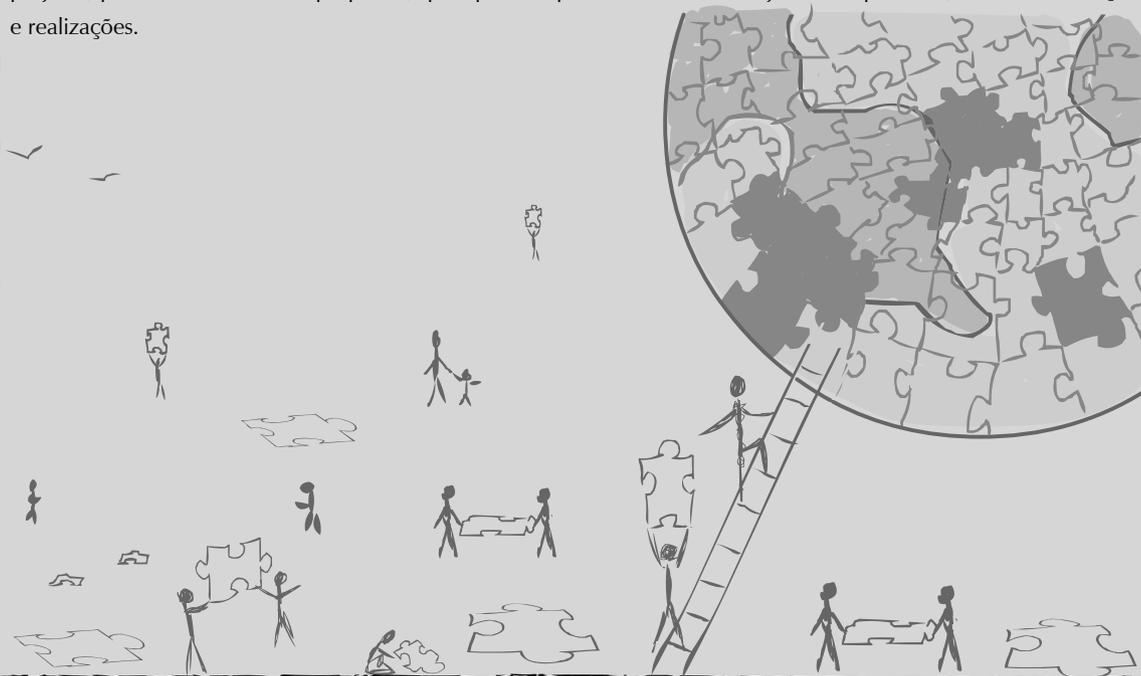
- jovens pertencentes a organizações, movimentos e coletivos de juventude de áreas diversas, com idade entre 16 e 25 anos, que formaram os Conselhos Jovens.

Acesse todas as propostas produzidas e a relação das escolas participantes no endereço: <http://www.mma.gov.br/propostasdas escolas>

A idéia desses **Coletivos Jovens** (CJs) foi e vem se configurando num interessante processo de estímulo ao envolvimento e à organização de jovens num processo de engajamento e atuação junto às questões socioambientais. Além de envolver os que já atuavam na área ambiental, os Coletivos Jovens podem favorecer à “chegada” de outros jovens nesse processo, aqueles que já ouviram falar sobre meio ambiente, mas que ainda não sentiram vontade de envolver-se com esse assunto.

Coletivos Jovens

São grupos informais que reúnem jovens **representantes ou não** de organizações e movimentos de juventude que têm como objetivo envolver-se com a questão ambiental e desenvolver atividades relacionadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Esses coletivos são como redes locais, para articular pessoas e organizações, circular informações de forma ágil, pensar criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejar e desenvolver ações e projetos, produzir e disseminar propostas, que apontem para sociedades mais justas e equitativas, dentre outras ações e realizações.



Juventudes!

Há diversas percepções sobre o termo juventude no País e no mundo. Alguns confundem juventude com criança e adolescente, outros consideram que são jovens todos aqueles que se consideram como tal, e aí por diante. Nos últimos anos, tem-se buscado identificar em projetos e ações de juventude a faixa etária que engloba esse segmento. Para este material, será usada como referência a faixa etária de 15 a 29 anos que é uma ampliação do governo brasileiro à proposta da ONU. Repare que há muita diferença entre jovens com 15 ou 16 anos de jovens com 28 ou 29 anos: fases de vida distintas, percepções e concepções diferenciadas, disposição e energia de atuação variadas etc. Recentemente no Brasil tem-se enfatizado a utilização do termo no plural – juventudes – como forma de assumir que o termo é plural, que há inúmeros movimentos de juventude, com temas de interesse, estratégias de atuação e formas de organização diferentes entre si.

2.1 Breve Histórico

Os Conselhos Jovens (CJs) foram inicialmente um meio de garantir a **participação** da juventude na organização de todo o processo da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e na construção de **políticas públicas** na área ambiental, com voz e voto nas tomadas de decisão, coerência com posturas éticas de juventude, com jovens e para jovens, interação e parceria entre jovens e instituições que compunham as comissões organizadoras nos estados etc. Buscava-se desde o início com essa ação:

- adensar a temática socioambiental junto a organizações de juventude que atuam com meio ambiente;
- inserir a pauta ambiental no âmbito de inúmeras organizações de juventude;
- fortalecer a temática juventude junto aos coletivos e às organizações da área ambiental, como as redes de educação ambiental, as entidades do **Sisnama**, dentre outras;
- mobilizar e fortalecer a atuação dos jovens na Conferência Nacional do Meio Ambiente (versão adultos), elegendo-se como delegados e inserindo suas propostas e temas de interesse nesse debate.

Participação é conquista e pró-atividade

Concordamos com o que afirma Pedro Demo no seu livro de nome “Participação é conquista”, ressalta que espaços de participação não são dados, mas são conquistados pelos sujeitos sociais. Entendemos que participação envolve, pelo menos, algumas dimensões importantes.

- a) Infra-básica de participação: as pessoas precisam ter condições mínimas para poder participar de processos políticos, sociais, ambientais etc. Como é possível participar se os locais de reunião são muito afastados do público diretamente envolvido? Como participar se há dificuldade de transporte para se chegar a esse local?
- b) Disponibilização das informações: cada sujeito precisa antecipadamente receber informações básicas sobre o assunto que se está discutindo, para se situar no que está acontecendo e se posicionar a respeito.
- c) Espaços de interlocução e articulação: as pessoas precisam de espaço e tempo para conversar a respeito do tema em pauta, trocar idéias e compreender diferentes pontos de vista para amadurecer suas opiniões. São nessas conversas que se adquirem informações importantes para se mapear o espaço de atuação e intervir de forma articulada.
- d) Tomada de decisão: a participação é efetiva quando as decisões das pessoas são levadas adiante. É preciso ter clareza se o espaço é consultivo ou deliberativo, e quando deliberativo, com quais outras instâncias ele dialoga na sua decisão.
- e) Posturas pró-ativas: participar é muito mais do que reivindicar; é assumir suas responsabilidades enquanto cidadão e ampliá-las enquanto sujeito social e político. Participar pressupõe agir, correr atrás da causa, envolver-se e estar disposto a transformar e mudar as coisas como elas estão.

Políticas Públicas

Conjunto de decisões que orientam ações na esfera pública visando a determinado fim, tendo o Estado como agente executor. Com o desenvolvimento da Democracia, as políticas públicas tendem a ser compartilhadas em sua formulação e execução com atores da sociedade civil, tornando-as mais qualificadas e sustentáveis, sem eximir o Estado de sua responsabilidade.

Sisnama – Sistema Nacional de Meio Ambiente

Criado por lei em 1981 (Lei n.º 6.938), a idéia base desse Sistema é a de compartilhar entre os entes de governo (federal, estadual e municipal) a gestão ambiental no País. Dessa forma, divide-se responsabilidades entre os órgãos ambientais nacionais (como o Ibama, ministérios etc.), estaduais (usa-se de um modo geral a sigla OEMA – órgãos estaduais de meio ambiente) e municipais (secretarias de meio ambiente e afins). Sabe-se, entretanto, que o Sisnama vem sendo construído num processo de quase 25 anos, e que a maioria dos municípios brasileiros ainda não possui órgãos de gestão ambiental.

Dois princípios orientaram tanto a criação dos CJs quanto a sua atuação, estando presentes até hoje.

- **Jovem Educa Jovem:** assume-se claramente o papel protagônico dos jovens, como sujeitos sociais que atuam e intervêm no momento presente e não num futuro próximo como muitos argumentam. Assume-se, então, que o processo educacional pode e deve ser construído a partir das experiências dos próprios jovens, por meio de Comunidades de Aprendizagem. Esse conceito representa nada mais do que um determinado grupo de pessoas, no caso o próprio CJ, assumindo-se enquanto uma comunidade que atua aprendendo e que aprende atuando, sem necessariamente depender de agentes externos para tutorar ou conduzir esse processo.
- **Jovem Escolhe Jovem:** demarca-se que são os próprios jovens os mais indicados para tomarem decisões relativas a processos de escolha, sem a interferência de indivíduos e/ou organizações do chamado mundo adulto. O princípio do Jovem Escolhe Jovem é um bom exemplo de exercício cotidiano do espírito protagônico, que coloca o jovem no centro da tomada de decisão, a qual é feita pelos próprios jovens e não por terceiros. Para esse princípio ser exercitado na prática, ele requer que os jovens experimentem, nas suas práticas, ~~maturidade e capacidade de demonstração de que são capazes de realizar, de implementar, de agir, de construir, de fazer acontecer, de executar seus projetos de interesse.~~

Cabe ainda salientar que esses princípios não pressupõem o isolamento dos jovens no seu “próprio mundo”, mas ressalta a relevância do diálogo e da parceria entre eles e o chamado “mundo adulto”. Não se pretende que essa ruptura com paradigmas tradicionais conduza a um distanciamento dos jovens dos outros sujeitos e das organizações sociais, mas que contribua para a construção de um processo de interação e de parceria. Nesse sentido, emerge um terceiro princípio que, apesar de não estar explicitamente colocado no momento de criação dos chamados Conselhos Jovens de Meio Ambiente, esteve presente o tempo todo orientando e permeando esse processo. Trata-se do princípio do Diálogo Intergeracional, ou seja, do diálogo entre as pessoas e as organizações de diferentes gerações.

- **Uma Geração Aprende com a Outra:** toda atuação social, e a causa à qual ela se remete, encontram-se dentro de um processo histórico. Quem embarca em algum engajamento em prol da vida, do planeta, da humanidade sempre está de alguma maneira dando continuidade a um processo acumulado ao longo de anos por diversas outras pessoas.

Aqui entendida não como sendo apenas sinônimo de idade, mas como espírito de vida, comportamento, atitude etc.

Os novos participantes trazem sempre novas idéias, conhecimentos, percepções, que inovam esse processo; enquanto os antigos possuem um acúmulo de experiências que é fundamental, especialmente para que os que chegam não precisem reinventar a roda. Pensando assim, as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender, e esse diálogo é um aspecto fundamental para fortalecer os movimentos em prol do meio ambiente e quaisquer outras causas.

2.2 Dos Conselhos aos Coletivos Jovens de Meio Ambiente

A estruturação dos chamados Conselhos Jovens foi realizada a partir de um processo intenso de articulação e de diálogo com diversas organizações de juventude, atuantes ou não na área ambiental. No decorrer do processo, foi diversas vezes apontado que o nome conselho não refletia o seu verdadeiro sentido, por estar vinculado a uma comissão organizadora criada para apenas um evento. Dessa maneira não faria sentido apontar para a formalização desse espaço, como se dá em conselhos de um modo geral. Não se previa a definição de cargos nem de hierarquias, não era um espaço de representação da juventude e sua dinâmica de funcionamento também não refletia os pressupostos de diversos conselhos já difundidos na sociedade.

Dessa maneira, já era possível identificar diversos elementos que apontavam para a perspectiva de coletivos, ainda que o nome adotado fosse conselho. O nome conselho foi usado com a intenção de assegurar aos jovens espaço efetivo de participação (ser ouvido, aconselhar, tomar decisões e influenciar nelas também, agir e transformar) nos processos inerentes à Conferência, de modo que uma Conferência Infanto-Juvenil não fosse implementada apenas por adultos.

A situação atual desses CJs é animadora, contando com pessoas engajadas, em geral pertencentes a alguma organização social, cultural e/ou ambiental e com disposição para prosseguir atuando na perspectiva socioambiental. Há uma percepção geral de poder contribuir para a construção de **sociedades sustentáveis** com a clareza de que há uma longa caminhada até que alcancemos esse patamar.

Sociedades Sustentáveis

São aquelas que discutem, a partir da sua realidade local, formas de relacionarem as dimensões social, ambiental, econômica, política, cultural e ética, construindo no dia a dia ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida daquele local e do planeta como um todo. Entende-se que cada comunidade (de um bairro, vila, município,

estado, região, país) deve construir seus próprios passos em direção à sustentabilidade, não havendo fórmulas prontas para tal e não sendo possível sua realização de maneira isolada e pontual.

Esses Coletivos Jovens têm um potencial de mobilização e articulação de pessoas, de desenvolvimento de atividades, de troca de experiências e informações, de relações de amizade, diálogo e parceria, e de muitas outras possibilidades. Uma **pesquisa** realizada, mostra de forma contundente o perfil desses CJs, suas potencialidades e seus principais desafios.

Percebeu-se que a temática ambiental tem um importante potencial mobilizador de jovens. É forte e crescente o interesse de jovens por essas questões, o que se reflete em diversas ações nos espaços onde transitam, como a escola, o bairro, o município, o parque etc. Saber olhar para essa temática como um enorme espaço de mudança de visão de mundo e atuação social pode ser um salto importante na construção de um novo futuro mais sustentável para o nosso município, estado, país e planeta.

Pesquisa CJs

Foi realizada entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005, junto a membros dos CJs estaduais e levantou informações sobre perfil dos seus participantes, envolvimento social, situação, atuação, potencialidades e desafios do Conselho Jovem.

Os resultados dessa pesquisa podem ser acessados nas páginas:

www.mma.gov.br/port/sdi/ea/sibea/index.cfm (obs.: desça a barra de rolagem e acesse o Relatório da Pesquisa no canto inferior esquerdo da tela).

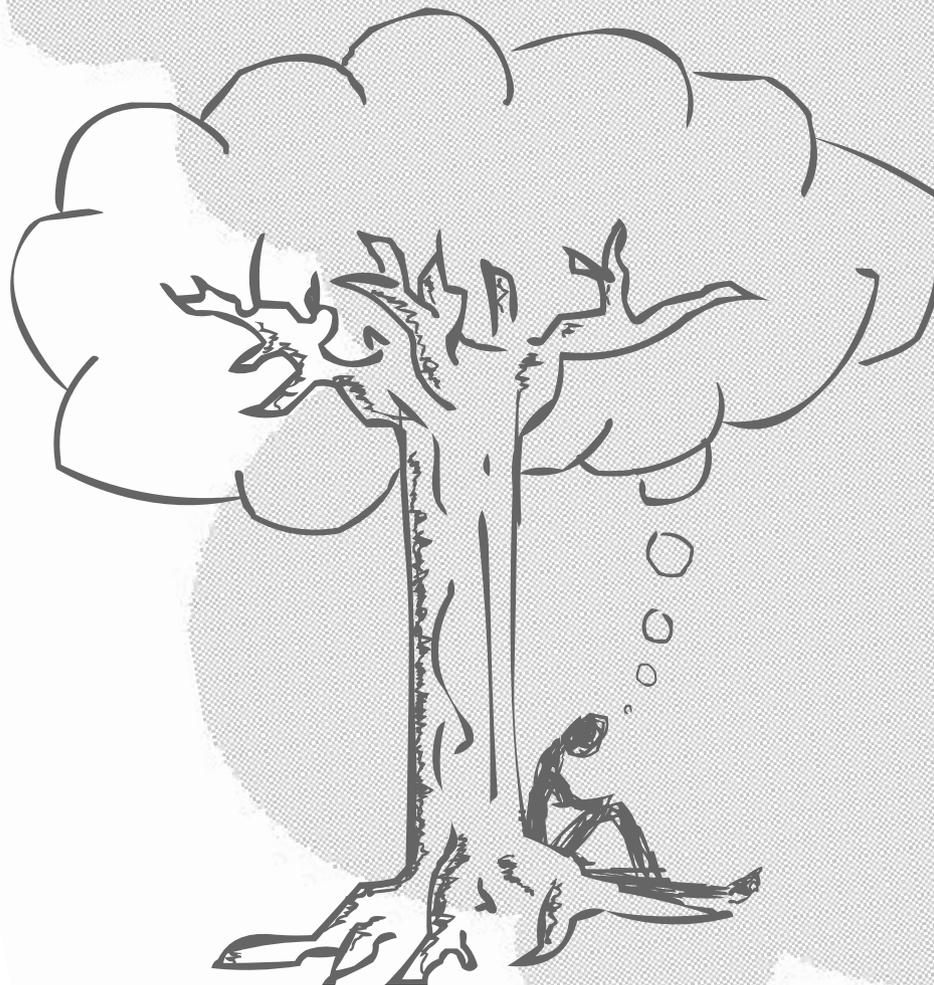
www.mec.gov.br/secad (acesse em “Destques”, do lado direito da tela, o documento “Resultados da Pesquisa...”)

Por fim, a criação e o fortalecimento de **Coletivos Jovens de Meio Ambiente** é importante porque:

- contribui para mobilizar e engajar jovens numa área importante que vem se tornando essencial para a manutenção das diferentes formas de vida que compartilham o planeta e para a melhoria da qualidade de vida de todos;
- estimula que os jovens percebam a temática socioambiental de maneira mais profunda e complexa, identificando diferentes formas de atuarem individual e coletivamente para conduzi-la para patamares mais justos e sustentáveis;
- amplia a interação e a comunicação em rede de jovens e organizações de diferentes locais, municípios, estados, regiões e países, facilitando a visualização de que a temática socioambiental se configura numa discussão global, atual e que envolve visões diferentes e

muitas vezes contraditórias e conflituosas;

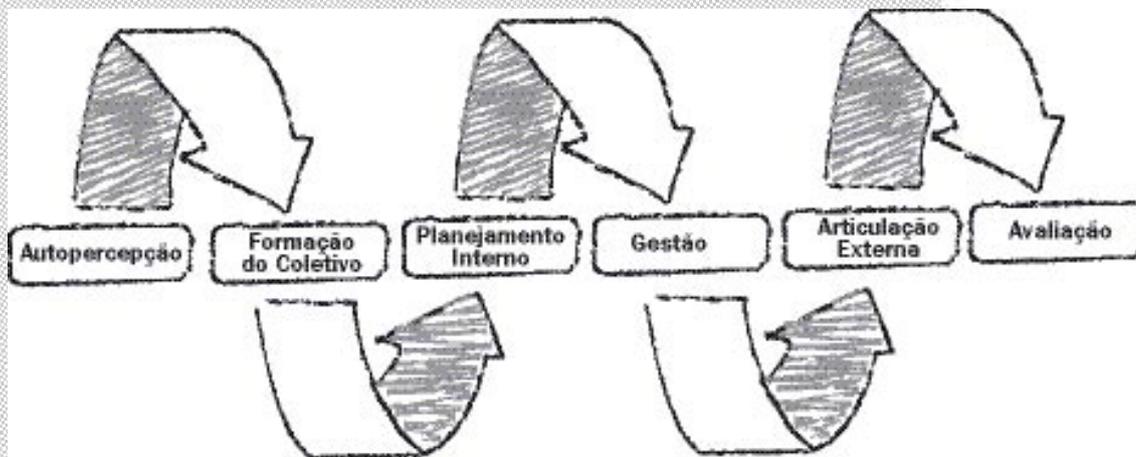
- potencializa o trabalho de jovens, de organizações e de coletivos de juventude realizado nessa área, amplificando sua voz e seu poder de transformação;
- amplia perspectivas e oportunidades de atuação qualificada de novos profissionais com uma visão integrada da sustentabilidade em todas as áreas.



3 Como Organizar, Participar e Fortalecer um Coletivo

Neste item vamos sugerir alguns passos iniciais e importantes para orientar pessoas e organizações de juventude que desejam criar ou fortalecer **Coletivos Jovens de Meio Ambiente**. Esses coletivos podem ser pensados para diferentes contextos e abrangências, englobando vilas, bairros, comunidades, municípios, distritos e estados. São dimensões importantes, não necessariamente seqüenciais, podendo ser implementadas de acordo com diferentes realidades e contextos. Sabemos ainda que há outras dimensões e questões possíveis e que este manual não pretende esgotar o assunto, mas apenas contribuir para o tema.

O esquema a seguir ajuda a visualizar todas essas dimensões, as quais serão tratadas uma a uma neste item.



a) Autopercepção

Primeiro é preciso que cada pessoa se perceba como um sujeito que traz consigo uma série de sonhos, vontades, atitudes, interesses etc. Um exercício interessante é mergulhar em si próprio e perceber que podemos compartilhar com outras pessoas, que podemos pensar em coisas semelhantes e unir esforços para colocar em prática esses sonhos e interesses. Para isso acontecer, é preciso se conhecer e ter clareza de onde se quer chegar, o que nos leva a questões importantes como:

- Quais são os meus interesses e vocações?
- Quais os pontos que me fazem relacionar com os sonhos e interesses de outras pessoas. Em quais temas, assuntos e idéias eu compartilho pensamentos com outras pessoas?
- Pode-se fazer as mesmas perguntas, usando o mesmo pensamento para que uma entidade, organização ou grupo de juventude participe de um coletivo: o que nos faz realzcionarmos com outros grupos? Como podemos identificar interesses em movimentos que podem potencializar os nossos ideais?

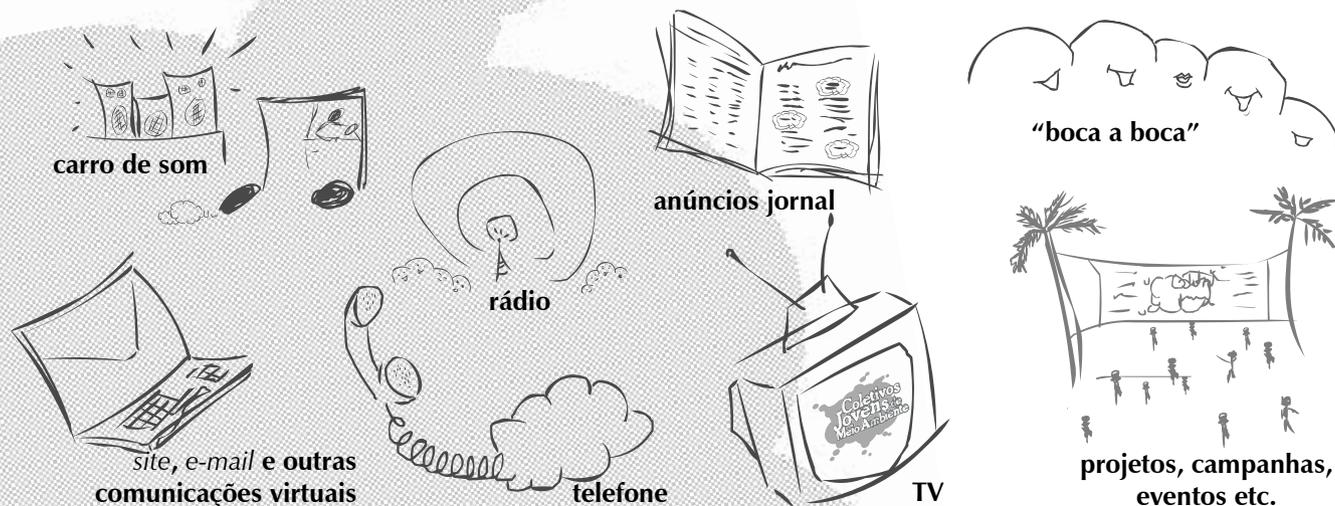
Percebido o interesse pela temática socioambiental, fica mais fácil seguirmos adiante no diálogo com outras pessoas e organizações buscando construir parcerias *com* e *entre* elas.

b) Formação do Coletivo

Para se optar pela formação de um novo Coletivo Jovem de Meio Ambiente, é importante entrar em contato com os coletivos já existentes em todos os Estados, além de contatar outros grupos e organizações que já trabalham com a questão ambiental, no caso de outras organizações, será que elas têm atuação com juventude? O que essas organizações fazem; quem participa delas; quais são seus objetivos? São perguntas que podem me ajudar a escolher pela adesão a coletivos já existentes e/ou a formação de um novo coletivo.

Superado esse mapeamento e com a clareza de que se pretende constituir um grupo novo, pode-se então lançar mão de alguns caminhos:

1. identificação de interessados no tema: já dizia o poeta Raul Seixas que o “sonho que se sonha só é só um sonho, mas o sonho que se sonha junto é realidade”, fazendo-nos perceber que há outras pessoas que compartilham sonhos como os nossos. Elas são as potenciais parceiras de ações conjuntas;
2. caminhos e maneiras de mobilização: com quem cooperar? Onde encontrar outros jovens ou grupos que podem se interessar? Como se encontrar, como mobilizar? Há diversas maneiras de mobilizar pessoas, vejamos algumas dessas possibilidades:



É preciso ficar atento que qualquer forma de mobilização é também uma maneira de expressão, ou seja, de comunicar para a sociedade o que se pretende. A mobilização de pessoas para o coletivo deve ser encarada apenas como um meio para se chegar aos objetivos, e essa comunicação pode reforçar as finalidades do grupo e seus interesses de transformação socioambiental.

Mobilizar

É convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob a interpretação e um sentido também compartilhados. Mobilizar, então, é, antes de tudo, um ato de liberdade. É também um ato de paixão e de precisão. Não se convoca para qualquer coisa vaga e não se faz de maneira isolada, mas sim compartilhada. Sendo assim, é também um ato de comunicação (Bernardo Toro).

Essa ação de mobilização contribui não só para atrair membros para a constituição do coletivo, como também para atrair novos membros a coletivos já existentes. São pessoas que tomam conhecimento da existência do grupo, compartilham o tema e se engajam na sua atuação. Ao se pensar ações de mobilização e definir os meios de fazê-las, deve-se necessariamente ter clareza de informações básicas, como:

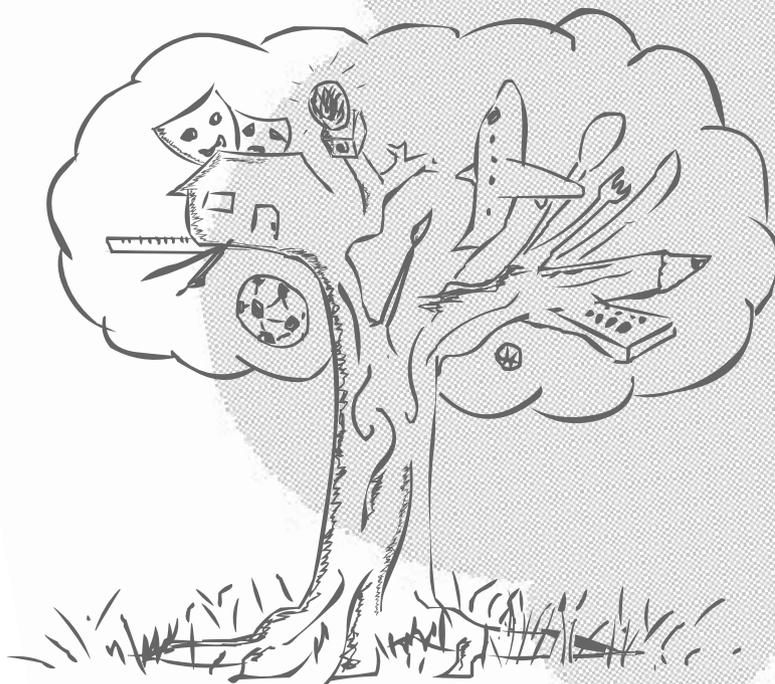
- O que é este coletivo? Para quê ele serve? Com que ele atua? Quais são seus objetivos?
- Quem faz parte dele? Qual o perfil dos seus participantes?

Essas questões são fundamentais inclusive para o grupo clarear outras questões, como:

- Por que mobilizar mais gente para o grupo? Queremos mobilizar pessoas, organizações ou ambos?
- O que faremos com a chegada de novas pessoas que ficaram interessadas com nossa mobilização? Temos estratégias de acolhimento de novos participantes?

É preciso também perceber duas importantes dimensões relacionadas à concepção dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente e que podem facilitar na discussão das estratégias de mobilização que são:

1. lembrar que a questão ambiental envolve múltiplas dimensões e que, portanto, se articula com outras áreas e temas, como cultura, arte, turismo, agricultura, desenvolvimento etc. Dessa forma, ao se pensar em mobilização de pessoas e organizações, fique atento para ampliar essa chamada a organizações diversas, não somente aquelas claramente envolvidas com a questão ambiental, porque certamente muitas delas já têm alguns trabalhos nessa área, têm interfaces ou têm interesse em atuar com ela;



2. retomar os princípios **Jovem Educa Jovem, Jovem Escolhe Jovem e Uma Geração Aprende com a Outra** anteriormente enunciados neste manual. A questão central é a de que esse coletivo seja efetivamente de jovens, em que os próprios participantes discutam as ações de interesse, definam como atuar e tomem todas as decisões relacionadas ao seu funcionamento. Isso não pressupõe isolamento, mas reforça a necessidade do diálogo entre as gerações, reconhecendo os acúmulos e as experiências das pessoas que são “jovens há mais tempo”.

Quando então se realizam ações efetivas de mobilização para a constituição do coletivo, percebe-se que é preciso (re)discutir questões internas que remeta à identidade do grupo, as quais visualizamos como sendo o passo seguinte, relativo a ações de Planejamento Interno.

c) Planejamento Interno

Há dois grandes níveis de Planejamento interno que trataremos neste tópico, um envolvendo questões mais amplas e de natureza **política** do coletivo (como sua missão, objetivos, área de atuação etc.) e o outro mais relacionado às ações e realizações do dia a dia do coletivo (projetos, ações, metas, cronogramas etc.). Ambos são importantes, estão interligados entre si e necessitam avaliações constantes para lhes dar noção de realidade, ou seja, readequá-los quantas vezes forem necessárias, de acordo com a dinâmica cotidiana do coletivo, aos fatores externos e à conjuntura que interfere na ação do grupo. Abordaremos também questões relativas à avaliação neste item.

É importante lembrar que há diferentes dimensões do Planejamento Interno, envolvendo desde a missão e os objetivos do coletivo, passando pelo plano de atividades e incluindo a questão da comunicação interna e externa. Todas essas atividades ou campos de atuação devem estar ligados, relacionando-se entre si.

Política

É a prática do diálogo acerca de assuntos comuns tendo em vista o alcance de objetivos pela cooperação. Alguns dizem que política é a arte do possível, mas é importante perceber que falar de política é muito mais amplo do que falar de partidos políticos e de eleições. Passa por assumirmos que somos pessoas “não-neutras” no mundo e que nos posicionamos politicamente, de maneira clara ou sem perceber, o tempo todo. Fazemos isso quando escolhemos determinado produto como consumidores que somos; quando estamos envolvidos em ações de engajamento social e em muitas outras situações.

c1) Planejamento Macro – **pressupõe a discussão e a definição de questões:**

• **Análise da situação**

Alguns chamam também de análise conjuntural, ela remete a questões mais amplas que estão “acima” das nossas cabeças. Ou seja, é importante identificar os elementos que configuram essa situação na qual está se inserindo, buscando olhar para a área que se pretende atuar, o que vem sendo feito nela, quais os avanços, conquistas e dificuldades, quais os atores que vêm trabalhando e como isso vem sendo feito.

• **Objetivos comuns, finalidades, missão**

Há diferentes visões sobre eles. Em geral, trabalha-se com objetivos gerais, que são mais amplos e mais ousados e podem trazer consigo alguns objetivos específicos, que são mais detalhados e devem ter relação com os primeiros. Alguns entendem que a missão de qualquer organização nada mais é do que seus objetivos escritos de maneira bem resumida, deixando claro em poucas linhas para quê a organização existe. Está presente neste item também a discussão a respeito das finalidades socioambientais da organização, ou seja, em que ela contribui para a sociedade em termos sociais, políticos e ambientais mais amplos. Para perceber tudo isso, é importante saber formular perguntas orientadoras como estas:

- Onde se pretende chegar com o coletivo? O coletivo serve para quê e para quem? Ele pretende modificar alguma situação ou reverter algum problema?
- Como o Coletivo Jovem contribui para a sociedade?

• **“Frentes de ação”, Núcleos do CJ**

Cada organização dispõe de diversas áreas de trabalho, relacionadas tanto com suas áreas fins quanto com suas áreas meio. No caso do Coletivo Jovem de Meio Ambiente, pode-se identificar áreas cuja existência está relacionada ao trabalhar “para dentro” da organização, como, por exemplo: formação do grupo, comunicação interna, organização do espaço-sede etc. Trabalhar “para dentro” não significa trabalhar somente dentro da organização, pode envolver também ações que ocorrem fora da organização, e pressupõe a postura de “jogar para o time”. Ou seja, significa que essa ação ajuda a “fazer o meio de campo” ideal para que a organização atue para alcançar seus objetivos e cumprir sua missão.

Há também ações fins, ou seja, aquelas que contribuem para que, diretamente, a organização alcance seus objetivos. Também atuam dentro e fora do espaço da organização e estão mais preocupadas em “fazer os gols” do que em atuar no “meio de campo”. Buscam pensar e implementar ações que têm maior potencial de impactar (positiva ou negativamente) a sociedade e, portanto, a própria organização.

Há diversas possibilidades de Núcleos ou Frentes de Ação para os Coletivos Jovens. Entendemos que perceber divisões e especificidades no trabalho é importante para desmistificar o chavão do “todo mundo faz tudo”, o que acaba resultando no “ninguém faz nada”. Algumas propostas de Frente ou Núcleos de Ação com funções e ações de:

- ▶ Mobilização: preocupado em mobilizar mais membros ou determinado público estratégico para uma ação ou um projeto que o Coletivo Jovem esteja atuando. **Este núcleo exige desenvoltura, energia e uma boa gama de contatos com pessoas e organizações;**
- ▶ Articulação: pode abranger ações de captação de recursos e de busca e contato com parceiros. Sua função é estar em permanente contato com outras organizações (parceiras, potenciais colaboradoras, estratégicas), daí seu nome também pode variar para o “Institucional”. **Este núcleo exige boa capacidade de comunicação e de interação com pessoas e organizações e necessita de uma boa análise da situação, o que pode ajudar na identificação de oportunidades estratégicas ou “barcas furadas”;**
- ▶ Elaboração de Projetos: este núcleo pode ser incluído dentro do núcleo anterior se o objetivo de elaborar projetos seja apenas para conseguir parceiros ou recursos. Ele pode ser um núcleo distinto se seu foco for a construção de projetos que o Coletivo Jovem pretende desenvolver, preferencialmente como projeto próprio que o coletivo como um todo avaliou interessante implementar. **Este núcleo exige boa capacidade de escrita, noções de construção de orçamentos e de cronogramas;**
- ▶ Comunicação Interna: uma boa e ágil comunicação interna em qualquer grupo é fundamental. Estabelecer um núcleo que pense em formas de facilitar o fluxo de

informações entre os participantes do coletivo já é uma importante ação. Há diversas formas de fazê-lo (como listas de discussão da internet, relação de contatos dos membros, mural etc.) e o núcleo pode experimentá-las em diferentes situações, o que pode ser interessante para o grupo. **Este núcleo exige boa capacidade de comunicação e agilidade para circular as informações de forma rápida e precisa a todos os interessados;**

- ▶ Divulgação: seria a ação do grupo anterior voltada para fora do coletivo. Algumas organizações chamam este setor de assessoria de imprensa e, optando por este ou por outro nome, já nos dá uma idéia do foco deste núcleo. **Este núcleo exige habilidade em elaboração de notícias e boa articulação com as diferentes mídias;**
- ▶ Eventos: embora um evento possa ser percebido com um projeto de ação do coletivo, ele tem uma série de particularidades que podem merecer a formação de um núcleo que pense e agite tudo isso. Uma questão essencial na organização de qualquer evento é sem dúvida a logística (transporte de convidados, passagens, lanche, equipamentos etc.). **Este núcleo exige muita energia e disposição para resolver situações inesperadas e habilidade em lidar com pessoas e questões variadas;**
- ▶ Formação e Estudos: um núcleo preocupado em aprofundar conceitos, debater assuntos atuais, estudar e refletir conjuntamente pode ser uma boa opção ao grupo. Ao longo da caminhada do grupo, percebe-se a necessidade de estudos e de formação tanto do grupo quanto dos seus membros. **Há várias formas de fazê-lo, e este núcleo pode pensar e organizar isso, exigindo boa leitura de textos de fontes variadas e percepção para questões e situações atuais (locais e globais);**
- ▶ Secretaria-Executiva: este seria o núcleo responsável por “carregar o piano” e ser o “maestro” desta orquestra. É o núcleo que atua para agilizar o funcionamento geral do coletivo, se preocupando com a articulação com os demais núcleos. Muitos confundem a Secretaria-Executiva como sendo o espaço responsável por tomar todas as

decisões e apenas comunicá-las aos demais. Não vemos por aí, mas sim como o espaço que atua para agilizar (sem atropelar) e facilitar (sem enrolar) a gestão do coletivo como um todo.

Atenção!

Há diversas outras possibilidades de Núcleos ou Frentes de Ação para organizar a vida do Coletivo Jovem.

O importante é tentar perceber que todos esses núcleos são importantes se estiverem inseridos em formas de funcionamento do coletivo realmente democráticas e participativas. Cada um deles exige algumas habilidades e níveis de responsabilidades variados e representa apenas uma boa possibilidade do coletivo ampliar sua capacidade de atuação, de forma organizada e dinâmica. Cabe ao próprio grupo buscar a forma de funcionamento mais adequada à sua realidade e que atenda aos seus interesses. O importante é perceber que o coletivo pode ser um espaço de aprendizado mútuo, portanto, ações que facilitem novas oportunidades para seus membros são sempre bem interessantes. Realizar, por exemplo, um rodízio periódico na composição dos Núcleos de Ação do CJ pode ser interessante para o grupo e para cada um de seus participantes.

• **Composição – membros**

Diferentes composições são experimentadas dia a dia pelo coletivo, devido à constante entrada e saída de participantes. No entanto, é sempre possível identificar algumas pessoas que estão mais presentes no dia a dia do coletivo, que acabam se tornando naturalmente referências *do e para o grupo*.

Algumas **questões importantes** relacionadas a esses **Coletivos Jovens de Meio Ambiente**, tanto para aqueles já existentes quanto para novas iniciativas que sejam criadas:

- a proposta de um coletivo pressupõe um livre fluxo de entrada e saída de membros, não havendo números mínimos nem máximos de participantes. Essa definição é discutida por cada coletivo, de acordo com sua realidade e capacidade de organização e atuação;
- a questão da faixa etária relativa à concepção de juventude (de 15 a 29 anos) não deve ser considerada como fator de exclusão da participação de pessoas com idade abaixo ou acima dessa faixa etária. Cabe ao próprio coletivo discutir as formas de participação dessas pessoas e a relevância do envolvimento delas no coletivo.

Entendemos que o recorte etário serve apenas como uma orientação geral, não devendo ser encarado como uma “camisa de força”.

- **Espaço, sede, locais de encontro e de referência**

Ter um grupo constituído certamente pressupõe a existência de algum espaço para reunir seus membros, discutir seus assuntos de interesse e organizar suas ações. Quando se fala em espaço físico é preciso observar que ele pode ser próprio (do grupo) ou emprestado, cedido. Pode ser a casa de um dos membros do coletivo. Pode ser uma praça, parque ou espaço público. Pode ser uma sala dentro da sede de uma organização parceira. Muitas organizações travam uma longa caminhada até conseguirem ter suas sedes próprias. As vantagens são diversas e, sem dúvida, ter um espaço próprio de referência e de sustentação do trabalho da organização é muito bom. Claro que eles têm certos custos que precisam ser identificados e muito bem discutidos pelo coletivo. Por exemplo: há recursos para se pagar todas as despesas de aluguel, luz, água, condomínio, impostos, telefone, internet? Perceber esses custos é essencial para a sobrevivência do coletivo e a euforia de uma sede própria pode se transformar num pesadelo algum tempo depois.

DICA!

Há diversas formas de se conseguir um espaço para o coletivo se reunir. Boa parte delas passa pela capacidade do grupo em dialogar com outras organizações fazendo percebê-las o quanto o coletivo e seu trabalho são importantes para aquele contexto (espacial e temático) e o que elas têm a ganhar sendo parceiras do coletivo. Muitas delas podem querer associar sua imagem a ações e organizações de jovens e muitas outras podem se interessar pela temática ambiental.

c2) Plano de Ação – além das questões enunciadas no item anterior, relativas ao Planejamento Macro, é de fundamental importância para o coletivo a construção de um **Plano de Ação**, que nada mais é do que uma forma de materializar em ações e estratégias cotidianas o Planejamento Macro, englobando questões mais práticas e detalhadas, como:

- diagnóstico participativo da situação: conhecer o cenário onde o coletivo pretende atuar (ou já atua) constitui num passo importante para ajudar na elaboração do Plano de Ação. É preciso saber ouvir as pessoas, criar condições de participação na identificação de quais são

as questões prioritárias que o Coletivo Jovem pretende trabalhar e colaborar para descobrir a melhor forma de encaminhar esses problemas prioritários;

- projetos próprios e projetos de interesse que o coletivo vai realizar e pretende se envolver ou apoiar: é importante definir quais são os projetos que o próprio coletivo pretende implementar durante um determinado período de tempo. Eles podem se relacionar com projetos de outras organizações, mas devem ter vida própria dentro do coletivo, devem ser importantes para o coletivo. Além dos projetos próprios, o coletivo pode também identificar projetos de outras organizações que têm interesse em apoiar;
- relação de todas as ações, tarefas, cronograma, responsáveis, recursos necessários etc.: isso pressupõe saber olhar para o planejamento macro ao mesmo tempo que se olha para o futuro próximo – semana a semana, mês a mês, semestre a semestre, ano a ano etc.;
- eventos que o coletivo vai realizar e pretende apoiar de alguma forma: sabemos que organizar e participar de eventos são oportunidades de conhecer novas pessoas e novas experiências, trocar idéias, divulgar seu trabalho, construir novas parcerias, e aí por diante. Realizar eventos exige organização prévia cuidadosa, para pensar e construir o projeto do evento que se quer organizar, para buscar parceiros, para divulgar e atrair participantes. Tudo isso requer tempo e dedicação do coletivo e pode ajudá-lo a se fortalecer e a ampliar e reforçar relações de amizade e confiança entre seus membros. Por outro lado, se mal planejado e feito às pressas, um evento pode prejudicar o coletivo, deixando uma imagem negativa para a sociedade, para potenciais parceiros e possíveis novos participantes. Pode inclusive desagregar o próprio coletivo, promovendo a saída de membros, dentre outras dificuldades.

Um modelo de **Plano de Ação** bastante utilizado por organizações diversas engloba questões presentes na tabela a seguir.

Projeto: NOME DO PROJETO				
Ação (ou Meta)	Tarefas	Prazo	Responsável	Recursos Necessários
- Realizar encontro da juventude pelo meio ambiente	- Definir programação - Providenciar convites - Levantar espaço e equipamentos etc.	10 de março	Ana Maria (Núcleo de Eventos)	- R\$ 5.000,00 - Carro para traslado - Materiais gráficos

Em resumo, planejar-se internamente significa ter clareza do que é o coletivo, de quais são seus objetivos, de onde ele quer chegar e o que é necessário ser feito para que isso aconteça. Isso é importante ser feito freqüentemente, porque sempre haverá novos membros chegando ao coletivo, trazendo novas idéias e novas formas de encará-lo, como também haverá pessoas saindo do grupo, deixando as ações que estavam responsáveis em aberto para que outros membros do grupo as levem adiante.

DICA!

Planejar significa pensar antes de agir, pensar sistematicamente, com método; explicar cada uma das possibilidades e analisar suas respectivas vantagens e desvantagens; propor objetivos. O planejamento é a ferramenta para pensar e criar o futuro, e portanto, pressupõe: capacidade de previsão do que pode acontecer; habilidade para lidar com as surpresas de maneira ágil e abertura para aprender com os erros. Há diversas organizações que trabalham com esse tema e é possível encontrar na internet dicas e informações sobre métodos de planejamento e gestão de organizações sociais. Uma sugestão é o sítio da Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS).

www.rits.org.br (clique em "Apoio à

c3) Avaliação – avaliar é um momento fundamental para a sobrevivência do coletivo, pois permite olhar para o que está sendo feito, como está sendo feito e o que é preciso modificar ou readequar para que se prossiga na rota desejada pelo grupo. Há várias formas, instrumentos, momentos e responsáveis pela avaliação. Buscaremos observá-los na seqüência.

- **Momentos de retomar o planejamento (Macro e o Plano de Ação)**

Quando o grupo estará olhando novamente para o que planejou? Fará isso por etapas ou de uma só vez? Demandará ajuda externa ou os próprios membros do coletivo dão conta do recado? O grupo está preparado para se avaliar e avaliar suas ações? São questões que resgatem a importância de documentos de planejamento (tanto o Macro quanto o Plano de Ação) para servir de parâmetro e de registro em momentos de avaliação.

- **Estratégias, instrumentos, momentos e responsáveis pelo monitoramento e avaliação**

Há diferentes estratégias de avaliação, que utilizam diversos instrumentos. Exemplo: se a estratégia geral de avaliação do coletivo é por registro escrito, pode-se lançar mão de

diferentes instrumentos, como redação, depoimento por escrito, texto livre, recortes de jornal, etc. A diversificação de estratégias e de instrumentos pode ser interessante para o grupo, ampliando as possibilidades de se avaliar de forma mais abrangente e a partir de diferentes visões o coletivo e as suas ações. Se o grupo não conseguiu realizar um bom planejamento, certamente poderá ter dificuldades nos momentos de avaliação. É importante que o coletivo também defina quem serão as pessoas responsáveis por “puxar” a avaliação; se serão parte de seus integrantes ou pessoas externas ao grupo.

- **Rodízio de funções e de núcleos do CJ**

Ao se (re)discutir o planejamento, percebe-se tanto os potenciais núcleos com dificuldades dentro do coletivo quanto aqueles mais avançados. Uma avaliação global do coletivo pode encaminhar para um rodízio entre os componentes dos núcleos e inclusive para a revisão dos próprios núcleos. Isso deve ser encarado como sendo parte da dinâmica natural do coletivo e como uma ótima oportunidade para que novos aprendizados e novas experiências sejam testadas e exercitadas.

Atenção!

Embora o mundo atual exija cada vez mais profissionais especializados em determinadas áreas, também espera-se que eles tenham noções gerais de diversos outros temas e áreas. Exige-se também habilidade para articular as diferentes áreas e enxergar da maneira mais integral possível os problemas e as situações. Como bem sugere Edgar Morin, mais vale uma “Cabeça bem-feita” do que uma cabeça cheia de conteúdos e incapaz de, a partir deles, perceber a realidade, de tratar os problemas e de organizar e ligar os saberes para lhes dar sentido.

d) **Articulando-se e Organizando-se Externamente**

Tendo o grupo se constituído, com o livre fluxo de participantes e com a definição dos seus objetivos, rumos e ações, fica mais fácil pensar em articulações com outras organizações. Elas devem ser amplamente discutidas por todo o coletivo e podem ser operacionalizadas por um de seus núcleos. Seguindo o exemplo que demos no item anterior, entendemos que essas ações estão relacionadas com o que chamamos de “Núcleo de Articulação Institucional”. Algumas questões são importantes de serem discutidas neste item, as quais preferimos destacar separadamente.

- **Reconhecimento Institucional**

Cada Coletivo Jovem pode buscar instituições que chancelem a sua atuação, por meio de documentos de apresentação institucional, como Carta de Apresentação, que facilitam a

vida dos seus membros em diversas situações. Esses documentos são o primeiro passo para um reconhecimento institucional futuro e pode ser encarado como uma forma do coletivo dizer (e documentar) para a sociedade que tem o apoio institucional de algumas organizações (públicas, privadas) que são mais conhecidas naquele local (bairro, município, região, estado etc.) e que têm uma atuação nas áreas de interesse do Coletivo Jovem (juventude, meio ambiente, dentre outras). Cabe lembrar que esse documento tem prazo de validade, refletindo a dinâmica de parcerias e interações entre as diversas organizações da sociedade.

- **Parcerias, cooperações, recursos, infra-estrutura**

Por meio do documento de apresentação institucional, o Coletivo Jovem inicia um processo de reconhecimento institucional indicando uma parceria com uma ou mais organizações. Esse reconhecimento é, na verdade, uma reação a esse documento de apresentação. A questão é que, em geral, esse processo pode indicar apenas uma forma de apoio institucional, que não envolve ajuda de outras naturezas, como recursos, infra-estrutura, materiais, etc. A necessidade do estabelecimento de parcerias é fundamental para o Coletivo Jovem desenvolver todas as suas ações e atingir seus objetivos e suas metas. Há diferentes níveis de parcerias, que envolvem desde o reconhecimento institucional, cooperações técnicas diversas, até o apoio financeiro direto. Compete a cada coletivo discutir, a partir do seu Planejamento Macro e do seu Plano de Ação, quais são as reais necessidades (e em que níveis) para que se possa caminhar no rumo desejado.

Estamos falando de várias coisas, como, por exemplo: espaço físico para o coletivo se reunir; espaços para o coletivo realizar eventos e outras atividades; equipamentos para uso cotidiano e para determinadas ações; recursos financeiros; serviços profissionais; etc. Observa-se que é mais fácil estabelecer parcerias que emprestem, aporem, disponibilizem algum serviço, espaço ou equipamento do que recursos financeiros diretos. Exemplo: o coletivo quer realizar um evento e precisa de recursos para tal. Ao invés de solicitar diretamente dinheiro a potenciais parceiros, pode-se solicitar serviços que essas organizações disponham, como serviços gráficos; traslado; cerimonial; etc. Nesse contato entre o coletivo e cada uma dessas potenciais organizações parceiras, o documento de apresentação institucional é de fundamental importância e pode ser a diferença entre uma parceria ser efetivada ou ser recusada. Lembre-se ainda que aquela mesma instituição que elaborou uma Carta de Apresentação ao Coletivo Jovem pode colaborar na abertura de oportunidades, trazendo novos contatos, abrindo portas, encaminhando documentos de apoio àquele projeto que o coletivo quer desenvolver etc.

- **Participação em eventos, fóruns, coletivos**

O tempo todo nos deparamos com uma ampla variedade de eventos nas áreas de meio ambiente, juventude e afins pelo País. Eles são bastante variados entre si, incluindo desde encontros informais até grandes simpósios com convidados internacionais. As formas e custos de inscrição também são diversas e, em geral, há “meias” inscrições para estudantes, o que pode ser interessante em muitas ocasiões. Participar de eventos significa muito mais do que fazer currículo e possibilita vivenciar novas experiências, fazer inúmeros contatos, conhecer pessoas, instituições, projetos, enfim, oportunidades. Diversos eventos representam momentos presenciais de redes, movimentos e outros coletivos e são importantes situações para se ampliar e amplificar o potencial de ação do coletivo. É importante também compartilhar essa experiência vivida nesses eventos, especialmente com os membros do grupo que não puderam participar.

Participar de outros coletivos (redes, movimentos, fóruns etc.) não implica na necessidade permanente de estar em eventos e convidar cada um a se embrenhar por outros caminhos que não sejam aqueles presenciais. Estamos falando de contatos entre pessoas e organizações por meio de cartas (elas existem!), internet (*e-mails, chats, blogs*), telefone e diversos outros meios (recados boca a boca, carros de som), que ampliam os braços, as pernas, as bocas, os ouvidos e os olhos do Coletivo Jovem (e dos seus membros) ao mesmo tempo em que isso demanda que o próprio coletivo esteja bem organizado internamente para não se perder neste “mar sem fim” de contatos e oportunidades.

- **Intercâmbio, troca de experiências, estudos, busca de novos conhecimentos, abertura a novos temas**

Estar aberto a novos assuntos, temas; compartilhar experiências, informações e conhecimentos com outras pessoas e organizações são formas de articulação importantes para o Coletivo Jovem se fortalecer e, dessa maneira, fortalecer sua atuação. Sabemos que a área ambiental exige visões integradoras e holísticas e que, naturalmente, lança olhares para inúmeros temas e áreas afins. Trocar experiências entre diversas áreas e temas é interessante e enriquecedor e, ao mesmo tempo, exige de cada uma grande capacidade de aprofundamento em alguns temas. É o conhecido dilema entre profissionais especialistas e profissionais generalistas, já bem discutido na área da medicina, por exemplo.

- **Relação com as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) e outros espaços ambientais**

Um colegiado de referência na área de educação ambiental é a CIEA, existente em cada estado e que articula organizações públicas e privadas que atuam na área. Seu objetivo é o de discutir, propor, implementar e avaliar a Política e o Programa de Educação Ambiental para aquele estado, englobando estratégias e instrumentos de organização e articulação das inúmeras iniciativas (projetos, eventos, ações, campanhas, materiais etc.) de EA existentes naquela região. Essas Comissões, as CIEAs, vêm sendo constituídas há alguns anos e, na sua grande maioria, não há assentos para organizações de juventude. Isso pode ser encarado como uma oportunidade de diálogo entre os Coletivos Jovens e as CIEAs, sem perder de vista outros espaços existentes nos estados e nos municípios que atuam junto à questão ambiental, como: Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, Fóruns da Agenda 21, Fóruns de Lixo e Cidadania etc. O Coletivo Jovem deve discutir previamente o que pretende propor nesses espaços, para então buscar articular-se e relacionar-se com eles.

- **Relação com Rejuma, Rebea e outras redes**

Sabemos que há no Brasil uma ampla variedade de redes, que articulam pessoas e instituições das mais diversas áreas de atuação e apresentam objetivos bastante distintos entre si. Merece destaque uma rede de âmbito nacional que atua justamente na interface entre as temáticas ambiental e juventude, a qual vem sendo articulada desde 2003. Trata-se da **Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma)**, que por sua vez se articula na **Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea)**. Ambas as redes são autônomas e independentes, possuem seus “rumos” próprios e estabelecem relações com diversas outras instituições (públicas e privadas).

- **Relação na gestão pública local**

A participação do Coletivo Jovem nos processos e espaços de gestão pública local é de fundamental importância. Sabemos que as coisas acontecem na esfera local (na rua, no bairro, no município) e o poder de ação do Coletivo Jovem é maior nesses espaços. Participar ativamente das decisões é interferir nos rumos das coisas no município. Reflita a respeito: “A juventude do município tem participado da gestão pública? De que forma? Existem órgãos municipais de juventude? A juventude dialoga com os órgãos de meio ambiente?”



A Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma), formada a partir de setembro de 2003, vem fortalecendo as ações locais dos grupos de juventude por meio da troca de informações, experiências e apoio mútuo em âmbito nacional. A Rejuma fomenta e auxilia a criação de redes locais, como: em Ribeirão Preto, com a Rede Jovens em Ação; Sergipe, com a Rede de Educação Ambiental (Rease); Acre com a Rejuma do Acre e muitas outras. Encontros nacionais também fazem parte das ações dessa rede para sincronizar as atuações locais, somar os esforços das iniciativas em prol da sustentabilidade socioambiental no Brasil e elaborar planos de ação conjunta, como o II Encontro Nacional da Rejuma que ocorreu em Goiânia durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental em 2004.

www.rejuma.cjb.net



A Rede Brasileira de Educação Ambiental vem sendo articulada desde 1992, a partir da realização da ECO-92. Ela facilita a comunicação e amplia o poder de atuação entre educadores ambientais de todo o País. Atualmente fazem parte da Rebea mais de 15 redes locais, regionais e temáticas de Educação ambiental. Acesse a página da Rebea, saiba mais sobre ela e conheça essas diversas redes de educação ambiental do País.

www.rebea.org.br

Há muitas compreensões sobre o que viria a ser uma rede, e concordamos que as redes não devem ser consideradas como sendo espaços de representação; não devem ser encaradas apenas como sendo listas de discussão (ou redes virtuais) e não devem caminhar na direção da institucionalização (pessoa jurídica, estatutos etc.). Essas três características têm sintonia com a compreensão dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, sendo que estes podem ser encarados como se fossem pequenas redes.

A relação desses coletivos com as diversas redes existentes pode se configurar em inúmeras oportunidades (de parcerias, de ações conjuntas, de troca de experiências, de acesso a informações), cabendo a cada coletivo definir com quais redes estabelecerá relação e de que maneira. Cabe ressaltar que visualiza-se na Rejuma um espaço onde todos esses Coletivos Jovens podem se articular, estabelecendo conexões entre si e construindo as inúmeras oportunidades decorrentes dessas interações. Cada coletivo pode também articular no seu estado, região e município a Rejuma local, o que contribui para que essa rede nacional enraíze nos estados e nos municípios.

Uma obra de referência nessa área é, sem dúvida, o livro do Cássio Martinho, chamado "Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização", cuja primeira edição é de 2003 e pode ser acessado gratuitamente na internet pelo endereço: www.wwf.org.br/publicacoes/download/livro_ea_redes/apresentacao.htm

e) Instrumentos de Gestão

Disponibilizamos algumas ferramentas e estratégias para facilitar a gestão dos Coletivos Jovens. Sabemos que são apenas alguns mecanismos que existem e que podem auxiliar cada coletivo de acordo com suas necessidades, situações e interesses.

- **Regimento interno, carta de princípios, acordo de convivência, pactos**

Há vários tipos e formatos de documentos que servem como uma espécie de registro/termo de referência do Coletivo Jovem. Eles variam de acordo com seu grau de rigidez no que diz respeito à gestão da organização. Em geral, regimentos internos são mais rígidos e apontam claramente quais as finalidades, os objetivos, as ações e a composição daquele grupo. Já as cartas de princípios e os acordos de convivência, em geral, são mais flexíveis, expondo diretrizes e princípios mais amplos que orientam aquela determinada organização. O importante deste tópico é o entendimento de que esses instrumentos são importantes para organizar e gerir grupos, pois servem como seu registro mais amplo, ajudam aos novos membros a perceberem qual o propósito e a finalidade do grupo, servem de parâmetro para que o próprio grupo avalie e rediscuta seu papel, seus objetivos e sua função socioambiental.

- **Lista, relação, cadastro de membros**

Uma ferramenta essencial para qualquer grupo ou organização é um banco de dados com contatos dos seus membros, participantes e colaboradores. Essa base de dados pode ser organizada de inúmeras maneiras. Pode ser um simples cadastro de participantes, com fichas feitas à mão, impressas ou no computador; pode ser um banco de dados mais elaborado em programas de computador ou utilizando-se da internet. Aliás, a internet pode ajudar o coletivo em termos de comunicação interna mais dinâmica, desde que ele tenha uma relação de contatos dos seus membros, como uma lista de discussão, uso de sistemas de comunicação instantânea, dentre outras ferramentas disponíveis e muitas delas gratuitas. Essa base de dados dos membros é dinâmica e deve ser permanentemente atualizada e revisada, em virtude da entrada e da saída de participantes do coletivo, da mudança de contatos desses participantes etc.

Para refletir!

Caso seja preciso mobilizar rapidamente todos os membros do coletivo para uma reunião de última hora, por exemplo, como e quem pode fazê-lo?

DICA!

Há muitas formas de comunicação para além da internet. Além do tão falado boca a boca, há correntes por telefone (um avisa três, que avisam outros três e assim por diante); sistema de recados; pontos de encontro; mural; bilhetes; mensagens de texto pelo celular; etc. Existem muitas maneiras. De acordo com a realidade de cada coletivo, deve-se criar as formas mais interessantes e ágeis de comunicar-se internamente.

- **Site, e-mail, lista de discussão (comunicação interna e externa)**

Relacionado ao tópico anterior, cada coletivo pode criar sua própria página virtual, um e-mail geral de contato, uma lista de discussão do próprio coletivo, além de participar de listas de discussão de outras organizações e movimentos.

Existe atualmente na internet alguns provedores que oferecem espaço gratuito para páginas virtuais, o que pode ser uma boa oportunidade para o coletivo divulgar seu trabalho. Listas de discussão são ferramentas que podem facilitar o fluxo de informações, mas podem também se converter num problema para aqueles que delas participam. Se não estiver claro para os participantes quais os propósitos daquela lista, a chance de circulação de informações muito variadas certamente pode entupir caixas postais das pessoas. Isso gera um movimento de saída da lista e pode desestimular pessoas a prosseguir participando.

Atenção!

Dentro dos diversos Núcleos de Ação que cada coletivo pode criar, o Núcleo de Comunicação é um dos principais. Ele permite que parte dos membros do coletivo se comprometam em pensar e implementar estratégias e instrumentos de comunicação interna e externa que dão agilidade ao grupo. Cabe a esse núcleo definir as formas de comunicação mais eficientes e eficazes para a realidade do coletivo e dos seus membros. Por exemplo, de que adianta o coletivo criar uma lista de discussão na internet se a maioria dos seus membros tem dificuldade de acessá-la? Nesse caso, talvez o bom e velho boca a boca pode ser mais interessante.

- **Material de divulgação, pôster, boletins, fanzine, blogs, jornais, painéis, faixas, spots de rádio**

Além de uma página na internet do Coletivo Jovem, há outras maneiras de divulgação do coletivo e de seus projetos e suas ações. Perceba que o tipo de material está intimamente relacionado ao seu objetivo e ao público que pretende atingir. De que adianta elaborar um *blog* se o

público não tem acesso à internet? O interessante é perceber as diferentes maneiras de realizar essa divulgação, as quais envolvem diferentes meios, como materiais impressos (com texto, com texto e imagens, com imagens), audiovisuais (vinhetas de rádio e de TV, músicas, clipes, carro de som), interativos (na internet e fora dela) etc.

- **Registros, fotos, recortes de jornais, revistas, gravações, canteiro de idéias**

Registrar permanentemente as ações do Coletivo Jovem é uma ação tão importante quanto as demais. Ela ajuda a manter uma história viva da organização, ajudando a todos os membros (novos e velhos) a enxergarem a trajetória do coletivo e sua própria trajetória individual, suas experiências, seus acúmulos, seus aprendizados, seus bons e maus momentos. Um espaço de fermentação de idéias também pode ser muito interessante ao coletivo, onde pode-se depositar novos sonhos e possibilidades, ainda que sejam, a princípio, difíceis de serem concretizados. Um canteiro de idéias pode trazer alternativas ao grupo em momentos desafiantes e de baixa criatividade.

- **Memória e atas de reuniões (memória interna de rotina)**

Registrar as reuniões e os encontros do coletivo é essencial para a organização do grupo. Ajuda a visualizar o que o grupo propôs e vem propondo num determinado espaço de tempo, da mesma forma que permite acompanhar o que efetivamente está sendo feito. Sabemos que em muitas situações sugerimos e encaminhamos novas propostas que acabam não sendo levadas adiante. Um resgate permanente das memórias (ou atas) das últimas reuniões e encontros ajuda o grupo a monitorar o que está andando no grupo e conseqüentemente quais os núcleos responsáveis por isso. Dessa forma, o grupo pode corrigir rumos, rever metas, redistribuir tarefas e responsáveis etc., e contribuir para que as ações fluam de maneira mais ágil e dinâmica.

DICAS!

Ferramentas de apoio à gestão de organizações e redes sociais.

www.risolidaria.org.br (clique em “Ferramentas de Gestão” no menu à esquerda)

www.rits.org.br (clique em “Apoio à Gestão” no menu da esquerda chamado “Áreas do Site”)

4 Considerações Finais

Atuar com a temática ambiental exige olhares mais atentos a princípios e a orientações gerais, além de se constituir num processo de engajamento social, político, cultural e ético. Há inúmeros desafios na atualidade e muitos outros que virão pela frente, o que exigirá de cada cidadão e cidadã maior preparação para o enfrentamento dessa conjuntura planetária que cada vez mais vem sendo percebida a partir de questões locais.

Perceber como as juventudes brasileiras vêm se envolvendo nesse debate é mais do que identificar a chegada de novos sujeitos em um campo aparentemente novo e enigmático. É encará-los como um segmento, diverso entre si, que traz consigo uma série de significados, valores, experiências, habilidades e pensamentos próprios. Traz consigo formas peculiares de se organizar e de atuar em prol do tema.

As chamadas gerações do futuro vêm sentindo na pele os efeitos dos processos de degradação socio-ambiental do planeta no tempo atual. É no presente que os jovens, mais do que perceber e constatar, podem interferir nesses problemas ou contribuir para sua manutenção, agravamento ou superação.

Este manual apresenta uma forma desse público se envolver e atuar nessa área, por meio da formação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente. O impacto que esses coletivos podem proporcionar à sociedade será mais profundo quanto mais organizado e articulado eles estiverem. O manual configura-se então como ponto de partida que contribui para essa organização, com a clareza de que há inúmeras outras maneiras das juventudes atuarem em prol da temática ambiental.

5 Referências

a) Sítios Virtuais

• Redes e Coletivos Sociais

www.rits.org.br
www.rebea.org.br
www.fboms.org.br
www.circus.org.br
www.mapadoterceirosetor.org.br
www.abong.org.br
www.forumsocialmundial.org.br

• Planejamento e Gestão

www.fonte.org.br
www.polis.org.br
www.academiasocial.org.br

• Oportunidades e Comunicação

www.adital.org.br
www.abdl.org.br
www.jornaldomeioambiente.com.br
www.folhadomeio.com.br
www.gife.org.br
www.aed.org.br
www.ethos.org.br
www.andi.org.br
www.ashoka.org.br
www.educomradio.com.br
www.revistaea.arvore.com.br
www.mma.gov.br/port/sdi/ea/sibea/index.cfm
www.eco21.com.br

• Ambientais

www.mma.gov.br
www.isa.org.br
www.riosvivos.org.br
www.abema.org.br
www.anamma.com.br
www.ambientalista.org.mx
www.sosmataatlantica.org.br
www.ambiente.sp.gov.br
www.mma.es/ceneam
www.pnuma.org
www.ambientebrasil.com.br
www.ecoterrabrasil.com.br
www.hortaviva.com.br
www.gau.org.br

• Educacionais

www.mec.gov.br
www.iieb.org.br
www.universiabrasil.net
www.forummundialdeeducacao.com.br
www.acaoeducativa.org.br

• Juventude

www.presidencia.gov.br/secgeral/
www.icidadania.org.br
www.geojuvenil.org.br
www.protagonismojuvenil.org.br
www.mundojovem.com.br
www.rejuma.cjb.net
www.pasojoven.org/index.htm
www.empreendedoresdesonhos.org.br
www.worldassemblyofyouth.org
www.aracati.org.br
www.iniciativajovem.org.br
www.un.org/youth
www.unesco.org/youth
www.unep.org/tunza
www.unicef.org
www.pnuma.org/geojuvenil

b) Publicações

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Formando Com-Vida Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na Escola.** Brasília : MEC, 2004.

CHIANCA, T. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil.** São Paulo : Global, 2001.

DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo : Cortez, 1986.

HUERTAS, C. **Entrevista com Matus.** São Paulo : FUNDAP, 1996.

MORIN, E. **Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 5a. Ed., Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.

PADILHA, P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola.** 2a. Ed., São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2002.

SCHARF, R. **Manual de negócios sustentáveis. São Paulo : Amigos da Terra – Amazônia Brasileira**
São Paulo : Amigos da Terra – Amazônia Brasileira : Fundação Getúlio Vargas – Centro de Estudos em Sustentabilidade, 2004.

SILVA, A.L.P. e **Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem.** São Paulo : Global, 2000.

TORO, B. **Uma teoria para a universalização da cidadania, 1997.**



DREAMS
Gráfica e Editora Ltda

3344-3635 / 3341-1611

(revisão, pré impressão, impressão e acabamento)

junho/2005

Este manual se propõe a colaborar com dicas, idéias e orientações gerais voltadas à jovens que desejam envolver-se com a temática ambiental ou que já atuam com ela. Ele apresenta a proposta de organização de jovens em torno de Coletivos Jovens de Meio Ambiente, cuja finalidade é contribuir para a percepção da temática e, a partir daí, estimular a busca por formação, interação, articulação e engajamento desse público na área. A matéria-prima principal desses Coletivos Jovens é sua capacidade de ação, de fazer acontecer, de “por a mão na massa” e de movimentar e promover acontecimentos que amplifiquem o assunto junto à sociedade.

A temática ambiental vem ganhando espaço junto a movimentos e organizações juvenis, mobilizando jovens interessados na discussão do tema e na construção de novas formas de desenvolvimento, em novos padrões de qualidade de vida, que reconheçam mais as pessoas e os ambientes onde elas vivem.

**Ministério do
Meio Ambiente**

**Ministério da
Educação**

